

## MULHERES E SEUS MODOS DE PRODUÇÃO: UMA ALTERNATIVA AOS MODELOS PATRIARCAIS/CAPITALISTAS

Juliana Aparecida dos Santos Miranda<sup>1</sup>

*Resumo:* Este paper discutirá o modo como as mulheres têm se organizado a fim de estabelecer uma alternativa aos modelos patriarcais e capitalistas de produção, pensando, sobretudo, a produção cultural. Nesta perspectiva pensaremos a produção cultural enquanto um bem de consumo mercantilizado utilizado para exercer controle social, bem como um eficaz instrumento de produção de subjetividade que pode combater e reagir ao sistema patriarcal-racista-capitalista vigente. Deste modo, através de um olhar crítico feminista, refletiremos sobre os fazeres culturais de mulheres, nos referindo aqui ao processo de escrita/composição, objetivando evidenciar tais produções, bem como compreender e estimular estas práticas, contribuindo, desta forma, para que medidas sejam pensadas a respeito da circulação de tais produções, possibilitando assim que as disparidades entre os gêneros e as violências simbólicas resultantes desta relação, sejam, ao menos, repensadas.

*Palavras-Chave:* Produção cultural feminista. Crítica feminista. Canção de protesto feminista.

A produção cultural, de modo geral aquela pronta cuja qual toda a sociedade tende a encaixar em seus modos de sobrevivência, é profundamente carregada de subjetividades que estabelecem valores aos seus aspectos, transformando quase tudo em produto de consumo mercantilizado. Deste modo, surge uma padronização advinda dessa obsessão por bens de consumo, criada pelo capitalismo, que gera inúmeras produções culturais sem a preocupação de direcioná-las para fins socialmente construtivos, ao contrário, visam somente manter o lucro e a alienação. É nesse contexto, de manipulação capitalista sobre os modos de produção cultural, que Félix Guattari e Suely Rolnik (1986) nos chama à atenção para a grande sacada das forças controladoras do capitalismo atual: “Elas entenderam que a produção de subjetividade talvez seja mais importante do que qualquer outro tipo de produção, mais essencial até do que o petróleo” (GUATTARI e ROLNIK 1986, p. 26), com isso, é possível compreender o modo como os dispositivos de poder capitalistas objetivam dominar as subjetividades a ponto de conseguir controlar a sociedade estimulando-a a manter seus meios de dominação.

Ainda sobre esse controle social, Guattari e Rolnik afirma que mesmo uma superpotência mundial como os EUA precisa trabalhar na subjetividade para conseguir expandir-se economicamente a países do terceiro mundo, pois há a compreensão de que “sem um trabalho de formação prévia das forças produtivas e das forças de consumo, sem um trabalho de todos os meios de semiotização econômica, comercial, industrial, as realidades sociais locais não poderão ser

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural, Universidade do Estado da Bahia (Pós-Crítica/UNEB), linha de pesquisa Literatura, produção cultural e modos de vida. Orientadora: Profa. Dra. Carla Patrícia Santana. Endereço eletrônico: julianasami@gmail.com.

controladas.” (GUATTARI; ROLNIK 1986, p. 28). É partindo deste controle social que o sistema capitalista se estabelece, atraindo para si, inclusive, o proletariado, sob a falsa ilusão de oportunidade econômica e de consumo igualitária, e não apenas isso, criando entre os oprimidos relações de ódio apenas para manter seu sistema estrutural, em que o dominado sempre será dominado, não importando em quais circunstâncias. A consequência dessa estratégia é serialização do indivíduo, que passa a agir de forma mecanizada obedecendo, sem questionar, aos agenciamentos postos pelo capitalismo, o que aponta que “a tendência atual é igualar tudo através de grandes categorias unificante e redutoras” (GUATTARI e ROLNIK 1986, p. 40) que trabalhem, obviamente, em prol da manutenção do capital.

O capitalismo, no entanto, não está sozinho no que diz respeito ao ideal do controle cultural hegemônico, Mirla Cisne (2014) utiliza o termo “sistema patriarcal-racista-capitalista” para denominar o processo de dominação que oprime de modo mais intenso a maioria populacional tida como minorias: mulheres. Deste modo, vencer o capitalismo não será uma tarefa possível se não considerarmos que aliado a ele encontra-se outros sistemas de opressão. As mulheres, como vimos, encontram-se na base da pirâmide hierárquica do sistema patriarcal-racista-capitalista, mesmo considerando os privilégios das mulheres brancas sobre as mulheres negras e indígenas. O que fez com que essa base fosse constituída por mulheres, de acordo Cisne, foi o advento capitalista das propriedades privadas, assim, de acordo a estudiosa:

“[...] com o surgimento da propriedade privada, a subordinação feminina ganha uma base estruturante [...] posteriormente à propriedade privada, as formações sociais tornam-se predominantemente patriarcais, pautadas na superioridade masculina e no direito do homem sobre a mulher, filho (as), escravos e bens materiais ligados à produção [...]” (CISNE, 2014, p. 74).

Deste modo o sistema patriarcal-racista-capitalista essencializou o homem e o tornou o centro de todas as questões sociais, culturais e políticas. Podemos compreender, mediante as ideias propostas por Cisne que esta dominação se dá de maneira simbólico cultural, uma vez que o sistema patriarcal estabeleceu à mulher o lugar do outro através, principalmente, da sua associação à natureza e ao que, por sua vez, é entendido como natural. Para Beauvoir (1980), este lugar é reflexo de uma cultura patriarcal que possui no cerne de sua existência um Deus masculino que criou a mulher, a natureza e os animais e destinou-lhes ao homem. Fatores biológicos também influíram neste processo de formação cultural e de completa agressão o que para Beauvoir é inaceitável, pois, em suas palavras, “os seus costumes [da sociedade] não se deduzem da biologia, os indivíduos nunca são abandonados à sua natureza; obedecem a uma segunda natureza que é o costume” (BEAUVOIR, 1980, p. 78). Neste sentido é necessária uma avaliação de todo o contexto econômico, político,

cultural e social afim de estabelecer de que maneira foi dada tal naturalização e como por meio dela se justifica a violência sofrida pelas mulheres efetuada pelo capitalismo em conjunto com o patriarcado.

De acordo Cisne “o naturalismo possui fundamentos materiais baseados no processo de apropriação e exploração” (CISNE, 2014, p. 101), isto implica dizer que toda e qualquer forma de exploração realizada contra a mulher acontece devido o processo de subordinação o qual o naturalismo impõe. Por meio desta combinação entre o natural e o biológico o sistema patriarcal-racista-capitalista se apropria da força de trabalho da mulher, ao passo que a aprisiona em estado ideológico de conformidade. Eis o motivo pelo qual muitas mulheres reproduzem ideais patriarcais e acreditam que sua subordinação é natural de seu gênero. O processo de apropriação capitalista da força de trabalho da mulher ocorre de forma diferente, se comparado com os outros grupos explorados, primeiro porque na maioria das vezes não há entre as partes nenhum contrato de trabalho, e quando há o valor recebido por ela é 30% menor<sup>2</sup>, e segundo porque as atividades tidas como femininas são cobradas das mulheres como sendo obrigação, sem nenhuma valorização moral ou financeira, deste modo o que se percebe é que:

A apropriação do tempo das mulheres está radicalmente vinculada à responsabilização feminina pela reprodução social antroponômica, em especial, por meio do trabalho doméstico e do cuidado com todos os membros da família, desmandando atividades quase ininterruptas que acarretam por sua vez, uma grande sobrecarga física às mulheres. O que reflete diretamente na sua saúde, inclusive a mental (CISNE, 2014, p. 104).

É deste modo que o capitalismo e os seus aliados se beneficiam de maneira sem igual com a naturalização acerca dos papéis de gênero, sem ser necessário aos homens abrir mão de privilégios para que tal sistema continue firme e operante. Estudiosas como Cisne e Beauvoir defendem o fim da ideologia de naturalização, pois compreendem que é a partir da ideia de natureza feminina que as violências contra as mulheres se intensificam e que as mulheres ficam cada vez mais distantes da consciência militante da qual precisam para derrotar o sistema patriarcal-racista-capitalista.

É pensando nessas possibilidades alternativas aos modos de produção capitalistas, que muitas mulheres vêm se resignificando e buscando formas de posicionarem perante o sistema patriarcal-racista-capitalista. E é nesta perspectiva que pensaremos as canções de protesto de bandas feministas, compreendendo que o movimento de desvio por elas realizado é uma alternativa

---

<sup>2</sup> De acordo pesquisa realizada pelo IBGE no ano de 2014. Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/4315176/ibgepnad-mulheres-recebem-745-do-que-ganham-os-homens>, acessado em: nov.16.

combatente ao sistema patriarcal-racista-capitalista. Desta maneira, o que apresentaremos é um esboço das produções por elas efetivadas, pensando sobre a formação e os modos de organização dessas mulheres, sobre seus produtos e sobre as formas de divulgação e distribuição.

O tema canção de protesto de bandas feminista pode ser encarado de forma ampla e com isso trazer certas confusões, por isso, de antemão salientamos que neste estudo privilegiamos um gênero específico para tratar deste assunto. O gênero escolhido foi o Riot Grrrl, pouco conhecido no Brasil, mas com certa força no cenário underground. Em síntese, o movimento Riot Grrrl surgiu nos Estados Unidos na década de 90 através da iniciativa das bandas Bratmobile e Bikini Kill como um contradiscurso ao movimento punk, que era predominantemente masculino. O termo Riot Grrrl foi usado pela primeira vez em 1993 através da publicação do zine *Jigsaw*, de autoria de Tobi Vail, baterista da banda Bikini Kill. A palavra *riot* significa motim, enquanto a palavra *grrrl* é um trocadilho para a palavra *girl* (garota), que consiste em uma onomatopeia em que a pronúncia e escrita se assemelha ao ato de ranger os dentes, uma expressão que pode significar raiva. No Brasil, o movimento Riot Grrrl surgiu através da banda gaúcha Dominatrix, que durante os primeiros anos se deteve em realizar composições em inglês, mas que em 2008 lançou o primeiro EP<sup>3</sup> com todas as faixas compostas em português: *Quem defende pra calar*.

Focando no cenário brasileiro, esta pesquisa tem como parte de seu objetivo observar o modo como essas bandas são organizadas e qual a importância da representação desta organização. De modo geral, com base nos dados recolhidos por meio de pesquisas informais, essas bandas são compostas exclusivamente por mulheres, salvo poucas exceções em que homens fazem parte da integração da banda. Vale elucidar também que as bandas observadas se enquadram no gênero Rock e, apesar de haverem adeptas de vertentes distintas a maior parte delas são adeptas à vertente punk rock/hardcore. Deste modo, podemos observar um desvio considerável do que se espera da mulher na música, bem como em qualquer outro espaço social, ao invés de termos mulheres dóceis e domesticadas que afirmem os estereótipos de gênero contribuindo para a manutenção do patriarcalismo, temos um grupo organizado de mulheres que se recusam a seguir tais padrões e utilizam-se de um gênero musical considerado masculino para expor os problemas que afetam as mulheres.

No que diz respeito aos produtos dessas bandas, de modo geral, são produções de músicas, CDs e shows, e de zines, um livreto composto de texto e imagens feito de maneira artesanal. Sobre as músicas, nem todas são gravadas em gravadoras e quando são a preferência são gravadoras independentes, devido ao baixo custo. O resultado dessa precariedade é que poucas bandas

---

<sup>3</sup> EP sigla de Extended play, o mesmo que mini álbum musical, CD com poucas faixas.

feministas possuem CD para serem disponibilizados e comercializados, na maioria dos casos as músicas só podem ser encontradas em sites de compartilhamento de músicas e vídeos e outras plataformas virtuais. A divulgação desses materiais também é feita por meio dessas plataformas digitais, principalmente por redes sociais, onde as integrantes das próprias bandas divulgam e distribuem seus produtos. Como as produções musicais nem sempre conseguem se transformar em CDs, as distribuições ocorrem de maneira virtual, em que qualquer pessoa pode fazer download gratuito de tais produções e quando acontece de, a partir deste material disponibilizado pela internet, as músicas serem compiladas em uma mídia o valor de venda é simbólico, apenas para cobrir os custos.

Percebe-se, deste modo, que foi com o advento da internet e a criação de bancos de dados, bibliotecas, blogs e sites, os espaços para disponibilização das produções de mulheres se intensificaram, desta maneira, tais produções se tornaram mais evidentes, comprovando a premissa de que as mulheres produzem, ainda quando lhes faltam visibilidade. Vale destacar que, superada a ideia de que mulheres não produzem, ainda há um fetiche criado acerca desta representação, sejam elas escritoras, musicistas, pintoras ou produtora que qualquer outro tipo de arte, elas “parecem ser vistas pela crítica, mais como curiosidade, fetiche do que como alguém que pode ocupar o lugar de AUTOR+A.” (VIEIRA, 2016, p. 236). Reforçar a existência de produções cultural feitas por mulheres faz parte de um processo de afirmação do ser mulher enquanto um ser capaz de produzir e não apenas de reproduzir, contrariando, desta maneira, as expectativas do sistema patriarcal-racista-capitalista.

Concomitante a isto, é necessário que práticas de divulgação e distribuição, ainda que através de métodos alternativos e pouco convencionais, sejam efetivadas afim de manter tais produções em circulação, prestando reconhecimento e incentivo às produções de mulheres, tendo em vista a problemática moral de um país que não assume sua violência velada pelas minorias, como bem observa Nancy Vieira:

[...] mesmo em tempos aparentemente tão plurais, mas que guardam um quadro crescente de violência percorrendo o País, com discursos marcados pela misoginia, pelo racismo e pela homofobia, demarcando o nítido desconforto de certos grupos com as conquistas das minorias (VIEIRA, 2016, p. 242).

Ao fim, cabe a nós, pesquisadoras (es) e estudiosas (os), da área de gênero e dos estudos feministas garantir que as produções culturais realizadas por mulheres sejam evidenciadas e disseminadas, contrariando a necessidade de consumo direcionada que fabricam produções nos moldes do sistema patriarcal-racista-capitalista visando apenas o consumo e não a obtenção de senso crítico fundamental para a construção identitária do sujeito. Deste modo, é necessário refletir

sobre os modos de produção e combater as violências simbólicas que muitas vezes resultam dessas produções. É preciso estimular a produção de mulheres, garantindo com isso que ela circule de modo mais igualitário, possibilitando assim que as disparidades entre os gêneros sejam, ao menos, repensadas.

## REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone. *O Segundo Sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

CISNE, Mirla. *Feminismo e consciência de classe no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2014.

GUATTARI, Felix; ROLNIK, Suely. Subjetividade e história. In. *Micropolítica: Cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1986.

VIEIRA, Nancy Rita F. Duplamente mulheres: GT A Mulher na literatura na construção de uma autoria feminina. In: *Trajetórias de literatura e gênero: territórios reinventados*. Caxias do Sul: Educ, 2016.